

RECURSO ESPECIAL Nº 1.800.973 - MS (2019/0064447-4)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
RECORRIDO : REGINALDO DE ALMEIDA MARCELINO DA CRUZ
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
RECORRIDO : TIAGO ROGERIO DE SOUZA
ADVOGADO : MARIO MARCIO BORGES E OUTRO(S) - MS011376

EMENTA

PENAL. PROCESSUAL PENAL. RECURSO ESPECIAL. RECURSO DE APELAÇÃO CRIMINAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. TEMPESTIVIDADE. INTIMAÇÃO ELETRÔNICA. CONTAGEM DO PRAZO. SÚMULA N. 568/STJ. INCIDÊNCIA. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL**, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea a, da Constituição da República, contra o v. acórdão prolatado pelo eg. Tribunal de Justiça estadual, assim ementado (fl. 423):

"APELAÇÕES – CRIMINAIS DEFENSIVAS – FURTO QUALIFICADO – DECOTE DA QUALIFICADORA DO USO DE CHAVE FALSA – MIXA – AFASTADO. DESCLASSIFICAÇÃO PARA FURTO SIMPLES – REJEITADA. AFASTAMENTO DA AGRAVANTE DE REINCIDÊNCIA – IMPOSSÍVEL. REGIME INICIAL E IMPOSSIBILIDADE DE SUBSTITUIÇÃO MANTIDOS. RECURSOS DEFENSIVOS IMPROVIDOS.

O furto praticado mediante o emprego de “mixa” é qualificado nos termos do art. 155, § 4º, III, do CP.

Incabível a desclassificação do crime de furto qualificado para o delito furto simples, pois restou amplamente comprovado que o crime foi praticado em concurso de pessoas e com uso de chave falsa.

Verificada a presença de condenação transitada em julgado anteriormente ao fato em análise, não há como afastar a agravante da reincidência.

RECURSO MINISTERIAL – INTEMPESTIVIDADE – FLUÊNCIA DO PRAZO RECURSAL A PARTIR DA DATA QUE

HÁ ENTREGA DOS AUTOS DIGITAIS EM CARGA COM O ÓRGÃO MINISTERIAL – RECURSO NÃO CONHECIDO.

O Ministério Público Estadual possui a prerrogativa de intimação pessoal das decisões em qualquer processo ou grau de jurisdição, sendo que o prazo de recurso deve ser contado a partir do recebimento dos autos com vista. Não observado o quinquídio legal estabelecido no art. 593, I, do Código de Processo Penal, deve-se ter por intempestivo o apelo."

O MM. juízo de primeiro grau condenou o ora recorrido às penas de 3 (três) anos e 6 (seis) meses de reclusão, em regime fechado, e ao pagamento de 30 (trinta) dias-multa, pela prática do crime descrito no art. 155, § 4º, incisos III e IV, do Código Penal (fls. 264-272).

Irresignadas, a defesa e a acusação interpuseram recurso de **apelação criminal**, com vistas à reforma da sentença recorrida. No Tribunal de origem, o apelo defensivo foi desprovido, e o recurso ministerial **não foi conhecido** por **intempestividade** (fls. 423-436).

Nas **razões do recurso especial**, interposto com fundamento na alínea **a**, do inciso III, do art. 105 da Constituição Federal, o **Parquet estadual** afirma a **violação aos artigos 4º e 5º, ambos da Lei n. 11.419/2006**, assinalando a tempestividade da interposição do recurso de apelação.

Para tanto, argumenta que (fls. 458-459):

"In casu, compulsando os autos principais, verifica-se que a certidão acostada à f. 300 consigna que no dia 15 de setembro de 2017 o feito foi encaminhado ao Ministério Público Estadual com a finalidade de intimar-lhe da sentença.

Ocorre que, por não ter sido efetuada consulta ao arquivo pelo destinatário da intimação, seu recebimento somente foi computado no dia 25 setembro de 2018, ou seja, após o transcurso de 10 (dez) dias da expedição da intimação.

[...]

É o que consta, inclusive, na certidão de f.302, in verbis:

'Em atenção ao teor do art. S.', § 3.º, da Lei n.º 11.419/06, ante a inexistência de leitura da intimação eletrônica dentro do prazo de 10 (dez) dias corridos, CERTIFICA-SE, automaticamente, que o(a) Ministério Público Estadual restou

intimado(a) em 25/09/2017, iniciando o prazo para a prática do ato processual respectivo em 25/09/2017 com previsão de encerramento em 02/10/2017'. (grifou-se).

Como se vê, a certidão cartorária deixou claro que o prazo recursal para o Ministério Público vencer-se-ia no dia 02 de outubro de 2017.

Assim, tendo em vista que Apelação Criminal em questão foi interposta em 29 de setembro de 2018 (f.307/312), ou seja, dentro do quinquídio previsto no art. 593 do Código de Processo Penal, não há que se falar em intempestividade do recurso ministerial."

Apresentadas as **contrarrazões** (fls. 466-476), o recurso foi **admitido** na origem (fls. 479-482) e os autos ascenderam a este Superior Tribunal de Justiça.

O Ministério Público Federal, em seu d. parecer, manifestou-se pelo **provimento do recurso especial** (fls. 495-501).

É o relatório.

Decido.

O recurso **não** merece prosperar.

O eg. Colegiado **a quo**, ao não conhecer da apelação criminal ali interposta pela acusação, no que importa ao caso, consignou, **verbis** (fls. 430-432):

"DO RECURSO MINISTERIAL

Reparação por Danos Materiais

O Representante do Ministério Público Estadual pleiteou a condenação dos apelados Reginaldo e Tiago ao pagamento de um valor a título de reparação de danos à vítima.

O recurso interposto pelo Ministério Público Estadual não merece ser conhecido por inobservância a requisito extrínseco de admissibilidade, qual seja a tempestividade.

O art. 593, I, do Código de Processo Penal estabelece o prazo de 05 dias para interposição de recurso de apelação contra sentença definitiva de condenação ou absolvição proferida por juiz singular.

O Ministério Público Estadual possui a prerrogativa de intimação pessoal das decisões em qualquer processo ou grau de jurisdição, sendo que o prazo de recurso deve ser contado a partir do recebimento dos autos com vista. Há precedentes desta Corte nesse sentido:

'APELAÇÃO CRIMINAL – PRELIMINAR DE INTEMPESTIVIDADE DO RECURSO MINISTERIAL – INTERPOSIÇÃO FORA DO PRAZO RECURSAL – FLUÊNCIA DO PRAZO DA DATA DE ENTREGA DO AUTOS DIGITAIS EM CARGA COM O ÓRGÃO MINISTERIAL E NÃO DA CERTIDÃO DE CIÊNCIA DA DECISÃO – ACOLHIMENTO – NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO. É intempestivo o recurso de apelação interposto fora do quinquídio estabelecido do art. 593, I do CPP. O termo inicial do prazo recursal do Ministério Público inicia-se a partir da data de entrega em vista pessoal do arquivo digital com a cópia do processo eletrônico e não da data de oposição de ciência do parquet. Precedentes do STJ. (TJMS. Apelação n. 0004896-40.2014.8.12.0017, Nova Andradina, 1ª Câmara Criminal, Relator (a): Des. Manoel Mendes Carli, j: 22/08/2017, p: 24/08/2017).'

No caso em análise, o Promotor de Justiça teve vista dos autos em 15/09/2017 (sexta-feira), de acordo com o informado no termo de fls. 300 e certificado às fls. 301.

Disso decorre que o prazo para interposição teve início em 18/09/2017 (segunda-feira) e fim em 22/09/2017 (sexta-feira).

Em consulta ao Sistema de Automação do Judiciário – SAJ, observo que o recurso apresentado pelo MPE contra a decisão de fls. 279/287 foi interposto em 29/09/2017, o que permite concluir por sua intempestividade, já que não observado o quinquídio legal.

Considero importante destacar que as disposições contidas no art. 5º, §§ 1º e 3º, da Lei 11.419/2006 são inaplicáveis ao Ministério Público Estadual, que possui legalmente prerrogativa de intimação pessoal das decisões judiciais.

A propósito, o capítulo II, da Lei 11.419/2006, que trata da comunicação eletrônica dos atos processuais, no § 2º do art. 4º, dispõe expressamente que:

Art. 4 Os tribunais poderão criar Diário da Justiça eletrônico, disponibilizado em sítio da rede mundial de computadores, para publicação de atos judiciais e administrativos próprios e dos órgãos a eles subordinados, bem como comunicações em geral.

§ 1 O sítio e o conteúdo das publicações de que trata este artigo deverão ser assinados digitalmente com base em certificado emitido por Autoridade Certificadora credenciada na forma da lei específica.

§ 2 A publicação eletrônica na forma deste artigo substitui qualquer outro meio e publicação oficial, para quaisquer efeitos legais, à exceção dos casos que, por lei, exigem intimação ou vista pessoal.'

Cumpre frisar que é desnecessária a certificação da data em que a parte efetivamente consultou o processo eletrônico, já que de acordo com o § 1º do artigo 9º da Lei 11.419/2006, aplicável ao Ministério Público Estadual "as citações, intimações, notificações e remessas que viabilizem o acesso à íntegra do processo correspondente serão consideradas vista pessoal do interessado para todos os efeitos legais".

Dessa forma, tendo a entrega do arquivo eletrônico dos autos viabilizado a consulta ao inteiro teor da decisão impugnada pelo Parquet, considera-se que este teve vista pessoal dos autos na data em que formalmente cientificado da decisão proferida e não do dia da aposição de seu cliente.

Consequentemente, o termo inicial do prazo recursal do Ministério Público é contado a partir da entrega do autos digitais em vista ao Promotor de Justiça – prerrogativa de intimação pessoal.

Destarte, verificada a intempestividade do recurso, não conheço do recurso interposto, restando prejudicada a análise do mérito recursal."

Compulsando os autos, verifico que em **15/09/2017** os autos foram encaminhados para vista/intimação, via portal eletrônico, do Ministério Público Estadual (fl. 286). A ciência da intimação do **Parquet** estadual, por acesso ao portal eletrônico, restou certificada, automaticamente, "*ante a inexistência de leitura da intimação eletrônica dentro do prazo de 10 (dez) dias corrido*", como realizada em **25/09/2017** (fl. 2787).

O recurso de apelação foi interposto em **29/9/2017**, dentro do **quinqüídio legal, sendo, portanto, tempestivo** (fl. 292).

Assim, assiste razão ao recorrente, em seu reclamo, pois de acordo o art. 5º, parágrafos 1º e 3º, da Lei n. 11.419/2006 preceitua que a intimação eletrônica é considerada como realizada no dia em que o intimando efetuar a consulta eletrônica ou, não sendo esta realizada no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da data do envio, deverá ser considerada como realizada tacitamente no último dia do prazo dos 10 (dez) dias previstos para consulta.

A propósito, confirmam-se os seguintes julgados desta Corte:

"PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. TEMPESTIVIDADE. CONSUMAÇÃO DA INTIMAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO PELO DECURSO DE PRAZO DO ART. 5º DA LEI N. 11.419/2006. TERMO INICIAL. PRIMEIRO DIA APÓS A

DISPONIBILIZAÇÃO DA INTIMAÇÃO NO SISTEMA. ART. 22, I, DA RESOLUÇÃO STJ/GP N. 10/2015. SEQUESTRO DE BENS. MANDANDO DE SEGURANÇA. DECADÊNCIA. FUNDAMENTOS INATACADOS. SÚMULAS N. 283 E 284 DO STF. TERATOLOGIA DA DECISÃO QUE DECRETOU O SEQUESTRO DOS BENS. MITIGAÇÃO EXCEPCIONAL DO ENTENDIMENTO DA SÚMULA N. 267 DO STF. POSSIBILIDADE. INDÍCIOS DA ORIGEM ILÍCITA DOS BENS SEQUESTRADOS. VERIFICAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL DE FLS. 621-631 PROVIDO. AGRAVO REGIMENTAL DE FLS. 604-615 NÃO PROVIDO.

1. Análise do Agravo regimental de fls. 621-623. O primeiro agravo regimental (fls. 604-615) é de ser considerado tempestivo, porquanto a intimação do Ministério Público Federal foi disponibilizada no sistema no dia 1º/8/2016 e o prazo para acesso teve início em 2/8/2016, havendo sido consumada a intimação em 12/8/2016, conforme certificado à fl. 599. O prazo para interposição de agravo regimental se iniciou em 15/8/2016 e o término ocorreu em 19/8/2016, data de seu protocolo nesta Corte.

2. Análise de mérito do agravo regimental de fls. 604-615. Sobre o termo inicial do prazo decadencial do mandado de segurança impetrado pelos recorridos, o Tribunal de origem consignou não haver comprovação da data da ciência inequívoca do ato coator. Esse fundamento não foi impugnado de forma direta nas razões do recurso especial, o que inviabiliza o seu exame por esta Corte. Aplicação do entendimento das Súmulas n. 283 e 284 do STF.

[...]

6. Agravo regimental de fls. 621-631 provido, para reconhecer a tempestividade do agravo regimental de fls. 604-615. Agravo regimental de fls. 604-615 não provido" (AgRg no AgRg no REsp n. 1.178.070/MT, Sexta Turma, Rel. Min. Rogério Schietti Cruz, DJe de 15/5/2017, grifei).

"PROCESSO PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INTIMAÇÃO ELETRÔNICA. LEI N. 11.419/2006. PRAZO. CONTAGEM. INÍCIO.

1. Nos termos do art. 5º, §§1º e 3º, da Lei 11.419/2006, a intimação eletrônica considera-se realizada no dia em que o intimado efetivar a consulta eletrônica ao teor da intimação, a qual pode ser realizada em até 10 dias, contados da data do seu envio, sob pena de considerar-se a intimação automaticamente realizada na data do término desse prazo.

2. O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro foi intimado em 26/4/2013, de acordo com o § 3º do art. 5º da Lei n. 11.419/2006, e o agravo em recurso especial, por seu turno, foi protocolado dia 30/4/2013 (certidão de e-STJ fl. 1328), dentro, portanto, do prazo legal, sendo tempestivo.

3. Embargos de declaração acolhidos para, conferindo-lhe efeitos infringentes, reconhecer a tempestividade do agravo em recurso especial e dele conhecer, cujo mérito será oportunamente apreciado" (EDcl no AgRg no AREsp n. 355.670/RJ, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Reynaldo Soares da Fonseca**, DJe de 29/6/2016).

Dessa forma, estando o v. acórdão prolatado pelo eg. Tribunal **a quo** em desconformidade com o entendimento desta Corte de Justiça quanto ao tema, incide, no caso o enunciado da Súmula 568/STJ, **in verbis**: "*O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema.*"

Ante o exposto, com fulcro no art. 255, § 4º, II, do Regimento Interno do STJ, dou provimento ao recurso especial para que, reconhecida a tempestividade recursal, o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul analise o recurso de apelação interposto pelo Ministério Público daquele Estado.

P. e I.

Brasília (DF), 04 de abril de 2019.

Ministro Felix Fischer

Relator